

Demonstrações Financeiras

Individuais

BEM - Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários Ltda

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações financeiras ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado... 4

Demonstração do Resultado Abrangente... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 27

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2022, possuía sob sua administração fiduciária R\$ 477.332 milhões, distribuídos em 2.878 fundos e clubes de investimento, atendendo um total de 60.631 cotistas.

No exercício de 2022, a BEM DTVM registrou lucro líquido de R\$ 32 milhões, patrimônio líquido de R\$ 183 milhões e ativos totais de R\$ 219 milhões.

Em 09 de agosto de 2022 o Banco Central do Brasil homologou a alteração contratual de 28 abril de 2022, que deliberou o aumento de Capital Social em R\$ 12 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária", com a criação de 12 milhões de cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, que foram atribuídas ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	04	2	716
Instrumentos financeiros		208.239	270.389
Títulos e valores mobiliários	05a	208.238	270.388
Outros instrumentos financeiros ativos		1	1
Créditos tributários	17c	461	472
Outros ativos	06	10.263	9.538
Total do ativo		218.965	281.115
Passivo			
Instrumentos financeiros		13.084	111.128
Outros instrumentos financeiros passivos	07	13.084	111.128
Provisões		6.922	6.123
Outras provisões	08	6.922	6.123
Outros passivos	10	15.619	12.619
Total do passivo		35.625	129.870
Patrimônio líquido			
Capital social	11a e 11b	82.000	70.000
Reservas de lucros	11c	101.340	81.245
Total do patrimônio líquido		183.340	151.245
Total do passivo e patrimônio líquido		218.965	281.115

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil		
		2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da intermediação financeira		13.299	25.286	12.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	05b	13.299	25.286	12.197
Resultado da intermediação financeira		13.299	25.286	12.197
Outras receitas/(despesas) operacionais		14.068	28.582	28.899
Receita de prestação de serviços	12	62.670	127.130	113.931
Despesas administrativas	13	(43.121)	(87.629)	(75.343)
Despesas tributárias	14	(5.431)	(10.965)	(9.337)
Outras receitas operacionais	15	21	161	5
Outras despesas operacionais	16	(22)	(29)	(134)
Despesas com outras provisões		(49)	(86)	(223)
Resultado operacional		27.367	53.868	41.096
Resultado antes da tributação sobre o lucro		27.367	53.868	41.096
Imposto de renda e contribuição social	17a e 17b	(10.872)	(21.465)	(17.325)
Lucro líquido		16.495	32.403	23.771
Lucro básico por lote de mil cotas em R\$	11e	206,18	432,05	362,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro líquido do período	16.495	32.403	23.771
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente do período	16.495	32.403	23.771

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	R\$ mil					
	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.000	-	5.848	64.851	-	127.699
Aumento de Capital com Reservas	13.000	-	-	(13.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	23.771	23.771
Destinações:						
- Reservas	-	-	1.189	22.357	(23.546)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(225)	(225)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	-	7.037	74.208	-	151.245
Aumento de Capital com Reservas	12.000	-	-	(12.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	32.403	32.403
Destinações:						
- Reservas	-	-	1.620	30.475	(32.095)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(308)	(308)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.000	-	8.657	92.683	-	183.340
Saldos em 30 de junho de 2022	70.000	12.000	7.832	77.171	-	167.003
Aumento de Capital com Reservas	12.000	(12.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	16.495	16.495
Destinações:						
- Reservas	-	-	825	15.512	(16.337)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(158)	(158)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.000	-	8.657	92.683	-	183.340

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	27.367	53.868	41.096
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	54	97	225
Atualização monetária de processos fiscais	5	11	3
Provisões operacionais	49	86	222
Lucro líquido ajustado antes do imposto de renda e contribuição social	27.421	53.965	41.321
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(26.852)	61.425	12.712
Títulos e valores mobiliários	(27.799)	62.150	13.445
Outros ativos	947	(725)	(733)
Aumento/(redução) nas variações em ativos	(1.067)	(115.879)	(53.374)
Outros instrumentos financeiros passivos	2.635	(98.044)	(37.322)
Outras provisões	(185)	703	154
Outros passivos	942	129	(8.723)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.465)	(18.667)	(7.483)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	(498)	(489)	659
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(225)	(210)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	(225)	(210)
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(498)	(714)	449
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	500	716	267
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	2	2	716
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(498)	(714)	449

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas

prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as

obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registrados na rubrica “Outras Obrigações – Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

I - Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações em bolsas, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores em nome dos clientes; e
- Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com ativos financeiros de renda fixa e renda variável, pendentes de liquidação na data do balanço.

i) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios

futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	2	716
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	716

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Classificação da carteira por categoria**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Carteira própria – títulos para negociação	208.238	270.388
Cotas de fundos de investimentos (1)	208.238	270.388
Total	208.238	270.388

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	13.299	25.286	12.197
Total	13.299	25.286	12.197

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

6) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Taxas de administração de fundos a receber	9.262	8.454
Devedores por depósitos em garantia	547	630
Impostos e contribuições a compensar	454	454
Total	10.263	9.538

7) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro 2021
Negociação de intermediação de valores (1)	13.084	111.128
Total	13.084	111.128

(1) Em 2022, houve redução devido a migração de clientes para outros custodiantes.

8) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro 2021
Provisões para pagamentos a efetuar	5.834	5.131
Outras contingências	799	714
Provisões fiscais	289	278
Total	6.922	6.123

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem

acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

- Autuação de contribuição previdenciária do período de dezembro/2002 a julho/2004, relativo às supostas diferenças entre os valores recolhidos em GPS - Guia da Previdência Social e aqueles destinados à seguridade social e a terceiros, no montante de R\$ 289 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 278 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BEM DTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

II - Movimentação das provisões

	R\$ mil
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278
Atualização monetária	11
Saldo em 31 de dezembro de 2022	289

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de dezembro de 2022, R\$ 101.833 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 92.420 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Autuações de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2015 a 2017, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no montante de R\$ 92.742 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 84.052 mil).

10) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a pagar	13.942	11.387
Credores diversos	1.369	1.007
Sociais e estatutárias	308	225
Total	15.619	12.619

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 82.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 70.000 mil), é composto por 82.000.000 de cotas (em 31 de dezembro de 2021 – 70.000.000), com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Início do período	70.000.000	57.000.000	70.000	57.000
Aumento de capital com reserva (1) (2)	12.000.000	13.000.000	12.000	13.000
Final do período	82.000.000	70.000.000	82.000	70.000

- (1) Em 09 de agosto de 2022 o Bacen homologou a alteração contratual de 28 abril de 2022, que deliberou o aumento de Capital Social em R\$ 12 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, com a criação de 12 milhões de cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, que foram atribuídas ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A.
- (2) Em 07 de junho de 2021, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 28 de abril de 2021, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária” no montante de R\$ 13.000 mil, com a criação de 13.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio - Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	101.340	81.245
- Reserva legal (1)	8.657	7.037
- Reserva estatutária (2)	92.683	74.208

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios - Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios - Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizara distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	32.403	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(1.620)	
Base de cálculo	30.783	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022	308	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	225	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

e) Lucro Básico por Cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Nº DE COTAS EM CIRCULAÇÃO	FRAÇÃO	Nº DE COTAS PROPORCIONAL EM CIRCULAÇÃO
Número de cotas no início do período	70.000.000	7/12	40.833.333
Número de cotas após o aumento de capital (nota 11b)	82.000.000	5/12	34.166.667
Média ponderada de cotas no período			75.000.000
Lucro líquido do período em R\$ mil			32.403
Lucro básico por cota			0,43

12) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Administração de fundos de investimento (Nota 20d)	59.965	121.622	107.865
Outras	2.705	5.508	6.066
Total	62.670	127.130	113.931

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Serviços de terceiros	42.186	86.457	73.962
Serviços técnicos especializados	356	521	831
Doações	162	162	109
Publicações	27	54	90
Serviços do sistema financeiro	37	69	62
Outras	353	366	289
Total	43.121	87.629	75.343

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Contribuição à Cofins	3.039	6.097	5.045
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	1.253	2.543	2.299
Impostos e taxas	645	1.335	1.173
Contribuição ao PIS	494	990	820
Total	5.431	10.965	9.337

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Receitas financeiras	21	161	-
Recuperação de despesas	-	-	5
Total	21	161	5

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Despesas com juros e multas	14	16	130
Atualizações de contingências fiscais	6	11	3
Outras	2	2	1
Total	22	29	134

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.367	53.868	41.096
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(10.947)	(21.547)	(16.438)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(206)	(211)	(160)
Outros valores	281	293	(727)
Imposto de renda e contribuição social do período	(10.872)	(21.465)	(17.325)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(10.896)	(21.439)	(17.427)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	24	(26)	102
Total dos impostos diferidos	24	(26)	102
Imposto de renda e contribuição social do período	(10.872)	(21.465)	(17.325)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisões fiscais	111	4	-	115
Provisão para publicação e outras provisões	361	56	(71)	346
Total dos créditos tributários	472	60	(71)	461
Obrigações fiscais diferidas (Nota 17e)	-	15	-	15
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	472	45	(71)	446

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	54	32	86
2024	54	32	86
2025	54	32	86
2026	54	32	86
2027	73	44	117
Total	289	172	461

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 419 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 438 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Atualização de depósitos judiciais	-	15	-	15
Total dos impostos diferidos (Nota 17c)	-	15	-	15

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores.

	R\$ mil	
	Controladores	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos		
Disponibilidades (1)	2	716
Passivos		
Dividendos a pagar (2)	308	225

(1) Controlador Indireto – Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto – Banco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

19) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	2	-	-	-	-	2
Instrumentos financeiros	208.238	-	-	-	1	208.239
Títulos e valores mobiliários	208.238	-	-	-	-	208.238
Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	1	1
Créditos tributários	-	-	43	43	375	461
Outros ativos	10.263	-	-	-	-	10.263
Total em 31 de dezembro de 2022	218.502	-	43	43	376	218.965
Total em 31 de dezembro de 2021	280.176	45	45	848	1	281.115
Passivo						
Instrumentos financeiros	13.084	-	-	-	-	13.084
Outros instrumentos financeiros	13.084	-	-	-	-	13.084
Provisões	5.780	54	-	1.088	-	6.922
Outras provisões	5.780	54	-	1.088	-	6.922
Outros passivos	2.083	13.212	308	16	-	15.619
Total do passivo	20.947	13.266	308	1.104	-	35.625
Patrimônio líquido	-	-	-	-	183.340	183.340
Total em 31 de dezembro de 2022	20.947	13.266	308	1.104	183.340	218.965
Total em 31 de dezembro de 2021	118.356	10.522	-	992	151.245	281.115

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

No exercício de 2022 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 32.403 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

No exercício de 2021 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 23.771 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor

justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

d) Outros assuntos

A BEM DTVM administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2022, somaram R\$ 477.332 milhões (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 449.070 milhões), e cuja receita de taxa de administração desses fundos em 2022 somou de R\$ 121.622 mil (em 2021 - R\$ 107.865 mil), registrada em receita de prestação de serviços.

e) Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida

decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar,
Chacára Santo Antônio, CEP 04711-904 - São Paulo – SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e aos Administradores da
BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“BEM DTVM” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4



bradesco
bem dtvm